

Mesmo com seus problemas, Brasília é viável

Recomendações do Simpósio serão encaminhadas por Aparecido aos constituintes eleitos dia 15

ADALTO CRUZ



No último dia do Simpósio, ficou evidenciado que Brasília, ainda jovem, sofre dos males das grandes cidades

Não há uma solução típica para a cidade

Brasília só será viável se o Brasil for forte pois, enquanto capital, ela é parte de um contexto e reflete toda a problemática nacional. Não há uma solução típica para Brasília, isolada da realidade nacional", afirmou o coordenador do simpósio Brasília: "Concepção, Realidade, Destino, encerrado ontem no Itamarati, professor José Carlos de Figueiredo Ferraz.

Ex-prefeito de São Paulo, coordenador do simpósio São Paulo 2.000 e um dos maiores convidados de metrópoles do País, Figueiredo Ferraz destacou que a Carta de Brasília refletirá três preocupações básicas: a ordenação jurídica do Distrito Federal, a estruturação do seu espaço físico e uma política econômica nacional capaz de manter o homem na sua região de origem.

Esclareceu que Brasília foi esquecida na sua estruturação jurídica. "Pensou-se no seu território e na ocupação do solo, mas não se deu à capital um corpo jurídico. Agora, na Constituinte, isso vai ser definido. E,



Ferraz: sem solução típica para tanto, os subsídios aqui colhidos são preciosíssimos" acrescentou.

Figueiredo Ferraz considerou urgente a necessidade de que sejam solucionadas as carências sociais do DF, particularmente habitação e emprego. Da mesma forma, repudiou como indispensável conter a explosão

migratória através de medidas capazes de evitar que o homem abandone a terra em que vive, em busca de melhores condições. "Essa é a função precípua de toda estratégia".

O que ficou provado aqui é que Brasília é uma cidade viável, inclusive a curto prazo. O importante é assumir uma atitude em relação ao problema. O Governo já assumiu esta atitude. Até então, a cidade era vista apenas do ponto de vista de uma capital administrativa. Agora não: é um ente urbano que começa a ser viabilizado pela participação de todos, com a presença governamental, com o voto, acrescentou.

Quanto à previsão pessimista de Brossard, ele declarou que "é uma espécie de raciocínio pelo absurdo, mas o ministro tem consciência de que Brasília é viável. A cidade tem a doença de uma metrópole, mas tem que se levar em conta que é ainda uma cidade-criança, apesar de ter doenças prematuras. Mas isso tudo é removível e irá acontecer".

Esclareceu que Brasília foi esquecida na sua estruturação jurídica. "Pensou-se no seu território e na ocupação do solo, mas não se deu à capital um corpo jurídico. Agora, na Constituinte, isso vai ser definido. E,

Reale quer satélite com prefeito

Transformar as cidades-satélites em circunscrições administrativas especiais, com um prefeito nomeado pelo governador e fiscalizado por um Conselho de Administração eleito. Esta é a sugestão do jurista Miguel Reale, exposta ontem em sua conferência sobre o tema A cidade e a Constituinte, no último dia do Simpósio Brasília: Concepção, Realidade, Destino.

O jurista defendeu ainda a real estruturação da Lei Orgânica Federal, a ser elaborada pelo Senado Federal, a qual, no tocante a Brasília, lhe dará a estrutura compatível com os objetivos determinados de sua fundação. "A matéria tributária e orçamentária deveria ficar a cargo do Senado, porque no Distrito Federal não deve haver diferenças de impostos, mesmo porque os bens públicos são todos da União", justificou.

Segundo Miguel Reale, as cidades-satélites estão precisando de um ordenamento jurídico-político de caráter complementar, com a elaboração de um plano social e urbanístico que não seja uma repetição do Plano Piloto, uma vez que as satélites têm diversas e peculiares diferentes circunstâncias. Acredita que se deve dar ao DF as vestes jurídicas de que carece, combinando-se sua destinação nacional com o desenvolvimento autônomo e ordenado

das populações de seu território, desde que sejam nos limites de modelos jurídicos-políticos originais.

"Só tivemos coragem para fundar Brasília, com formas arquitetônicas e urbanísticas revolucionárias, não nos faltando engenho e arte para conceber estruturas democráticas à altura de seu destino histórico, mas em correspondência e harmonia com a unidade fundamental do Distrito Federal", acrescentou.

O jurista ressaltou em seu discurso a descrença ocupacional de Brasília, reconhecendo que a cidade tem curto de uma experiência paradoxal, uma vez que ao lado do planejamento máximo, que é o Plano Piloto, estão as satélites e uma área no mais completo abandono urbanístico, com carência total de planejamento. "As cidades crescerão ao Deus dará, sem querer previsão salutar ordenadora".

Miguel Reale demonstrou ser contra as propostas para erigir as cidades-satélites em municípios por entender que seria um "princípio de simetria", o qual tem se insinuado "perversamente na estruturação político-administrativa do Brasil". Alegou que estas propostas demonstraram uma enorme falta de criatividade e que os legisladores devem prestar mais atenção em Brasília, que "tem uma especificidade fora do comum".

O jurista se disse contrário

também à conversão do Distrito Federal em Estado e justificou sua posição com duas razões um tanto conservadoras. A primeira é que, segundo ele, deve-se manter uma fidelidade ao plano do fundador, o presidente Juscelino Kubitschek, que não via em Brasília apenas uma cidade, mas uma solução nacional. "Qualquer configuração que se queira dar ao DF sem se levar em linha de conta a sua destinação nacional só nos poderá fazer recuar em antigos erros, perturbando-se a alta missão do Governo Federal com questionamentos locais com as que desmereceriam a antiga Câmara Municipal da primeira República e também a restaurada pela Constituição de 1946".

A segunda explicação de Miguel Reale se refere à ocupação do espaço urbano com uma nova concepção da propriedade imobiliária, subordinada às exigências do Plano Piloto. "A ocupação deveria corresponder a novas formas de tributação, não se podendo esperar que o imposto de Circulação de Mercadorias possa representar uma fonte significativa de recursos, uma vez que a criação de um parque industrial em Brasília viria desnaturalizar a sua feição institucional".

A Integra do discurso de Miguel Reale está na página 6 do Caderno Eleições 86

Furtado: Plano lidera impostos

População deve participar

A próxima Constituinte é o momento ideal para se resgatar o problema urbano, agravado com a industrialização na década de 50. A afirmação é do professor de Direito da UERJ, Ricardo Pereira Lira, que por isso acha natural o fato de nenhum a Constituição brasileira sequer citar a palavra "urbano" em seu texto. A verdade, porém, é que as metrópoles brasileiras explodiram, e na opinião de Ricardo a próxima Constituição deve dar poderes à União para determinar as diretrizes gerais e normas do direito urbanístico.

Ricardo considera fundamental que a nova Constituição preveja o direito de moradia, não como conteúdo meramente programático, mas de forma que num disputa legal entre duas pessoas por um imóvel, o juiz possa declarar vencedor aquele que não tem onde morar. De uma certa forma, isto já é previsto pela lei do inquilinato, mas seu registro na Constituição seria uma forma de reforçar o direito.

É preciso devolver aos brasileiros as reádes de seu destino, mas a autonomia política do Distrito Federal não pode vir através da simples transformação de sua estrutura político-organizacional numa estrutura de estado ou de um grande município. A opinião é do professor de Direito da USP e representante paulista no Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, Alair Café Alves, um dos debatedores da conferência de Miguel Reale sobre A Cidade e a Constituinte.

Brasília tem uma lógica própria, que tem que ser conhecida sob todos os aspectos para depois ser feita sua transposição para o nível institucional, e não o contrário. Não se pode importar a Brasília uma estrutura de estado, por exemplo, para depois ver o que acontece — disse Alair Alves.

SENSIBILIDADE

O jurista vai ainda mais longe. Observa que não é só em relação ao Distrito Federal que deve haver respeito às peculiaridades locais, e comenta o absurdo que é ter a mesma legis-

lação para regiões metropolitanas tanto para São Paulo, região que abrange 38 municípios e é responsável por 40 por cento da produção bruta nacional, como para a região metropolitana de Belém, que possui somente dois municípios.

Alair discorda das colocações feitas por Miguel Reale de que a Constituição do Distrito Federal deveria ser redigida pelo Senado. Na sua opinião,

não somente o Senado mas também a Câmara poderiam estabelecer os parâmetros amplos de uma Lei Orgânica para o Distrito Federal, exatamente como acontece com as constituições estaduais, mas nunca legislar em lugar da comunidade brasiliense. "Não me parece que o Senado, com representantes de todos os Estados, tenha sensibilidade para tratar dos problemas específicos do Distrito Federal", observa Alair.

O jurista comenta, ainda, que além da representação legislativa local é preciso também criar mecanismos para que haja participação efetiva da população, tanto na estruturação quanto na implementação dos programas governamentais.

Superpopulação é uma falácia

O arquiteto Eduardo Knesse de Melo, 76 anos participante ativo do início da construção de Brasília e que veio de São Paulo especificamente para participar do Simpósio, criticou o posicionamento das conferencistas que acusaram a capital de estar densamente povoadas e que esta situação não foi prevista no plano original. "Muito pelo contrário, rebateu afirmando que todos estão cometendo um grande erro ao dizer que o número de habitantes do DF extrapolou as previsões de Lúcio Costa".

Segundo o arquiteto, Lúcio Costa previu que no ano 2.000 a população do Plano Piloto chegaria aos 800 mil e hoje este número não alcançou sequer a metade. "O plano de interiorização previa o excedente na periferia da cidade, ocorre que as autoridades não estão sabendo como resolver o problema".

A sugestão oferecida por Knesse é a criação de núcleos urbanos e rurais em volta de Brasília, onde a preferência seria dada aos cangangos. "se eu estivesse no Governo me esforçaria para construir a Cândangi, como uma forma de homenagear os construtores da cidade. Quanto aos excessos, estes devem ser acomodados porque estão aqui a nosso convite", esclareceu.

SENSIBILIDADE

O jurista vai ainda mais longe. Observa que não é só em relação ao Distrito Federal que deve haver respeito às peculiaridades locais, e comenta o absurdo que é ter a mesma legis-

lação para regiões metropolitanas tanto para São Paulo, região que abrange 38 municípios e é responsável por 40 por cento da produção bruta nacional, como para a região metropolitana de Belém, que possui somente dois municípios.

Alair discorda das colocações feitas por Miguel Reale de que a Constituição do Distrito Federal deveria ser redigida pelo Senado. Na sua opinião,

não somente o Senado mas também a Câmara poderiam estabelecer os parâmetros amplos de uma Lei Orgânica para o Distrito Federal, exatamente como acontece com as constituições estaduais, mas nunca legislar em lugar da comunidade brasiliense. "Não me parece que o Senado, com representantes de todos os Estados, tenha sensibilidade para tratar dos problemas específicos do Distrito Federal", observa Alair.

O jurista comenta, ainda, que além da representação legislativa local é preciso também criar mecanismos para que haja participação efetiva da população, tanto na estruturação quanto na implementação dos programas governamentais.

O arquiteto Eduardo Knesse de Melo, 76 anos participante ativo do início da construção de Brasília e que veio de São Paulo especificamente para participar do Simpósio, criticou o posicionamento das conferencistas que acusaram a capital de estar densamente povoadas e que esta situação não foi prevista no plano original. "Muito pelo contrário, rebateu afirmando que todos estão cometendo um grande erro ao dizer que o número de habitantes do DF extrapolou as previsões de Lúcio Costa".

Segundo o arquiteto, Lúcio Costa previu que no ano 2.000 a população do Plano Piloto chegaria aos 800 mil e hoje este número não alcançou sequer a metade. "O plano de interiorização previa o excedente na periferia da cidade, ocorre que as autoridades não estão sabendo como resolver o problema".

A sugestão oferecida por Knesse é a criação de núcleos urbanos e rurais em volta de Brasília, onde a preferência seria dada aos cangangos. "se eu estivesse no Governo me esforçaria para construir a Cândangi, como uma forma de homenagear os construtores da cidade. Quanto aos excessos, estes devem ser acomodados porque estão aqui a nosso convite", esclareceu.

SENSIBILIDADE

O jurista vai ainda mais longe. Observa que não é só em relação ao Distrito Federal que deve haver respeito às peculiaridades locais, e comenta o absurdo que é ter a mesma legis-

Brasília é viável, apesar dos graves problemas que acumulou ao longo dos seus 26 anos de existência. Mas para que alcance autonomia, desenvolvimento e melhore a qualidade de vida de sua população, é necessário um esforço conjunto que passe pela organização jurídico-formal do Distrito Federal; pela solução dos problemas sociais que se avolumam no Plano Piloto, cidadessatélites e região do Entorno e por medidas capazes de conter o fluxo migratório.

Esses são alguns pontos a serem abordados pela Carta de Brasília, resultante do Simpósio Brasília: Concepção, Realidade, destino, encerrado ontem, a ser entregue pelo governador José Aparecido aos deputados e senadores constituintes eleitos pelo DF em 15 de novembro. Junto, ele entregará os anais do encontro, que mandará imprimir, com todos os debates, conferências e sugestões.

POLEMICA

Além das conclusões, o outro destaque da sessão de encerramento ficou por conta da polêmica provocada pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, quando defendeu um modelo de segurança pública diferenciado para Brasília, uma capital que, apesar da curta idade, acumula todos os defeitos de qualquer metrópole. Para ele, ou Brasília se disciplina "ou teremos de fazer outra capital".

Disse também que Brasília, no aspecto da segurança pública — ele aproveitava o ensejo para fazer uma pregação da sua cruzada nacional contra a violência — igualou-se às cidades mais violentas do Brasil, inclusive no Plano Piloto. Para ilustrar seu raciocínio, lembrou o recente estupro da filha do deputado Luiz Guedes (PMDB-MG), na 204 Sul. Para o ministro estudos como esses, propostos pelo seminário Brasília: Concepção, Realidade, Destino, deveriam ter sido realizados há 10 anos e estão ocorrendo "no momento derradeiro".

VIOLENCIA DA FOME

A visão apocalíptica do ministro foi contestada pelos oradores seguintes e pelo próprio perfil de encerramento do encontro. O retoque mais contundente às palavras de Paulo Brossard foi feito pelo reitor da UnB, Cristó-

vam Buarque, para quem a violência urbana não se limita ao aspecto abordado pelo ministro: "a violência de indivíduo contra indivíduo".

Há também, conforme destaca, a violência da sociedade contra o indivíduo e deste contra a sociedade. "Quer dizer, além da violência do estupro, há a violência da fome, da má distribuição de riquezas, do sistema penitenciário falido e tantas outras formas de agressão ao cidadão e ao seu direito à liberdade", completou.

Para Cristóvam Buarque, a forma mais cruel de violência no Brasil é a do sistema econômico perverso, que condena uma criança antes de nascer. "O problema de Brasília é de política e de modelo econômico escolhido para o País", disse, insistindo na tese de que a solução dos problemas de Brasília passa pela solução dos problemas nacionais. "É impossível conseguir tranquilidade social e liberdade, com a pobreza e a riqueza vivendo lado a lado. Elas são incompatíveis".

Da sessão de encerramento, aberta pelo ministro Paulo Brossard, participaram também o secretário-geral do Ministério do Desenvolvimento

Urbano e Meio Ambiente, Ivo Simar Moreira, que representa o ministro Deni Schwartz; o historiador Ernesto Silva; o bispo auxiliar de Brasília, Dom Raimundo Damasceno; o diretor-superintendente do CORREIO BRAZILIENSE, jornalista Edilson Cid Varella; o recém-empossado secretário especial do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Paulo Nogueira Neto e secretários do GDF.

Ao final do discurso, o ministro Paulo Brossard — ele teve que sair para outros compromissos — declarou, em rápida entrevista, que a Polícia Federal, assim como todos os recursos da administração federal, estão à disposição do Tribunal Superior Eleitoral para qualquer eventualidade em função das eleições de 15 de novembro.

"O problema da campanha eleitoral fica sob a autoridade da Justiça Eleitoral, que vem cumprindo suas atribuições e certamente continuará cumprindo. Da parte do Poder Executivo, eu disse o repito: se houver alguma solicitação do TSE, ele tratará de atender, para assegurar que as eleições que se aproximam sejam limpas, sérias e livres", explicou.



Ao lado de Tuma, Brossard pediu um basta à violência

Tutela já é coisa do passado

— Brasília não quer tutor. Ela já foi muito tutelada, afirmou ontem o governador José Aparecido ao atribuir os graves problemas socioeconômicos e a falta de autonomia política da cidade aos 21 anos de governos autoritários que se revezaram no GDF desde que a capital do País tinha apenas quatro anos.

Conforme o Governador, o simpósio conseguiu exatamente o que se pretendia: uma polarização entre os setores primários e secundários de trabalho, ou seja, existe uma concentração enorme de trabalhadores no funcionalismo público e outra, embora em quantidade menor, mas com números bastante significativos, no setor da indústria. O setor terciário, o da mão-de-obra da construção civil ainda não está organizado em Brasília, pois não tem incentivo para se estabelecer.

Apesar de pedir a contribuição da população residente nas Asas e Lagos Sul e Norte, o ministro Furtado não especificou de que maneira pretende usar os serviços dos habitantes.

"Mas, para entender basta fazer uma análise e verificar que provavelmente os valores dos tributos serão reajustados tão logo o Governo decide pelo descongelamento dos preços". A justificativa foi dada pela estudante Júlia Maria Sanches e Silva, 26 anos, da Universidade de São Paulo, que veio a Brasília exclusivamente para assistir ao Simpósio e conseguir subsídios para a elaboração de sua tese sobre Ocupação de espaço nas grandes regiões.



Furtado: Plano lidera impostos

Exemplificou que a UnB, ao longo dos últimos anos, formou sociólogos, cientistas políticos, arquitetos, economistas, advogados, médicos, etc. "E uma cidade que tem uma gente iniciada nos seus problemas e com todos a capacitação técnica profissional para fazer uma avaliação completa de Brasília. A comunidade e quem tem que ser tutora, porque é protagonista do seu destino".

Ele se considerou particularmente gratificado com a missão de entregar aos constituintes a Carta de Brasília contendo sugestões e propostas para corrigir as deficiências da capital.